

A USINA HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA) E OS EFEITOS NO MODO DE VIDA DOS BARQUEIROS DE BABAÇULÂNDIA (TO)

Súsie Fernandes Santos Silva

Universidade Federal do Tocantins (UFT)
Mestra em Estudos de Cultura e Território (PPGCULT)
susiefernandes@uft.edu.br

Airton Sieben

Doutor em Geografia e Professor do (PPGCULT) no Campus de Araguaína (UFT)
asieben@uft.edu.br

RESUMO

Este artigo é parte da dissertação "A reterritorialização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) atingidos pela usina hidrelétrica de Estreito (MA)" e apresenta os impactos causados aos barqueiros do município pesquisado, a partir da formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Para consolidação deste trabalho buscou-se informações em artigos, livros, dissertações e teses. A pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Universidade Federal do Tocantins (CEP/UFT), em seguida obteve-se informações específicas com os barqueiros através da aplicação de entrevistas semiestruturadas, gravadas em áudios. Compreendeu-se que os barqueiros exerciam, antes da formação do lago da usina hidrelétrica de Estreito, atividades nas quais os rendimentos financeiros eram suficientes para a manutenção das despesas familiares, porém a partir da migração compulsória e formação do lago extinguiram-se as possibilidades de trabalho. Concluiu-se que desde o início da construção do empreendimento e durante a migração compulsória os barqueiros associados sofreram impactos irreversíveis os quais persistem, de forma acentuada, na atualidade, tanto em aspectos territoriais, sociais, culturais e financeiros.

Palavras- chave: Barragem. Atingidos; Impactos. Amazônia. Rio Tocantins.

THE HYDROELECTRIC PLANT OF ESTREITO (MA) AND THE EFFECTS ON THE WAY OF LIFE OF THE BOATMEN OF BABAÇULÂNDIA (TO)

ABSTRACT

This article is part of the dissertation "The reterritorialization of the Babaçulândia (TO) boatmen affected by the hydroelectric plant of Estreito (MA)" and presents the impacts caused to the boatmen of the municipality researched, from the formation of the lake of the Estreito Hydroelectric Plant (MA). To consolidate this work, informations were sought in articles, books, dissertations and theses. The research was submitted to the Committee of Ethics in Research with Human Beings of the Federal University of Tocantins (CEP/UFT), followed by specific information with the boatmen through the application of semi-structured interviews, recorded in audios. It was understood that the boatmen exercised, before the formation of the lake of the hydroelectric plant Estreito, activities in which the financial income was sufficient for the maintenance of the familiar expenses, however from the compulsory migration and formation of the lake the possibilities of work extinguished. It was concluded that from the beginning of the construction of the enterprise and during the compulsory migration the associated boatmen suffered irreversible impacts which persist, in a marked way, in the present time, in territorial, social, cultural and financial aspects.

Keywords: Dam. Affected. Impacts. Amazonia. Tocantins River.

INTRODUÇÃO

No Brasil, a prática das construções e utilizações de usinas hidrelétricas tem sido representativa em razão das condições propícias dos rios, principalmente os rios da região Amazônica, e incentivos governamentais aos empreendimentos que atuam na área hidrelétrica. Ao mesmo tempo em que desconsideram-se atividades tradicionais realizadas pelos

moradores ribeirinhos que sobrevivem da pesca, do cultivo de gêneros alimentícios nas vazantes durante a época de estiagem, bem como utilizam o rios como via de acesso para diversos tipos de transporte.

Desde o início do processo de licenciamento para a construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Energia Estreito (UHEE) a população de dez municípios tocantinenses e dois municípios maranhenses, áreas atingidas pelo empreendimento, viveu momentos de incertezas quanto à nova moradia e novas possibilidades de sobrevivência financeira.

O Consórcio Energia Estreito (CESTE) era formado pelas empresas GDF SUEZ S.A., francesa (energia), a Vale, brasileira (mineradora), a Alcoa, brasileira (alumínio) e, a Camargo Corrêa Energia, brasileira (engenharia, construção e energia) foi o responsável pela construção da hidrelétrica. Solicitou em 2005, ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) a Licença de Instalação (LI), a qual foi concluída e liberada no ano de 2006, pelo IBAMA, a partir da análise do Projeto Básico Ambiental (PBA), conforme Sieben e Cleps Junior (2016).

Em fevereiro de 2007 iniciaram as obras de construção da casa de forças, barragem, vertedouro e demais obras civis. No mesmo ano foi inaugurado o escritório do CESTE na cidade de Babaçulândia (TO) com a finalidade de negociar o remanejamento da população atingida da área da formação do reservatório. A inauguração da usina aconteceu em 17 de outubro de 2012 (BRASIL, 2012).

O município de Babaçulândia (TO) foi um dos mais atingidos, apesar de estar localizado a aproximadamente 100 km a montante da barragem. Com a formação do lago foi inundado o centro comercial, o bairro Palmatuba por completo, a Ilha de São José, várias propriedades rurais, além das praias localizadas na margem maranhense, principal atrativo turístico do município de Babaçulândia (TO) e fonte de renda para hotéis, pescadores, barraqueiros e barqueiros. Estes últimos compõem o foco de estudo desta pesquisa.

A Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins (ABBT) foi constituída em 20 de abril de 2001 por 32 homens donos de barcos que usavam a embarcação na exploração do transporte de gêneros alimentícios das vazantes às margens do rio Tocantins até o cais da cidade. Os trabalhos dos barqueiros consistiam no transporte de passageiros, animais e, na temporada de praia, que compreendia o período de final de junho a meados de agosto, os turistas para as praias localizadas na margem maranhense do rio Tocantins (ABBT, 2010).

Dados observáveis da realidade do município de Babaçulândia (TO) mostram que os barqueiros receberam algumas medidas compensatórias em razão dos impactos sofridos. Dentre elas, um galpão e um barco tipo catamarã para que os associados continuassem prestando serviços de turismo. Porém, foi necessário analisar se esses benefícios: o galpão e o barco foram ou são suficientes para a continuidade do trabalho e sustento das famílias dos barqueiros associados. Além de questionar se há possibilidades da continuidade do trabalho de barqueiro dentro das condições naturais atuais.

O objetivo geral deste trabalho é apresentar as modificações sofridas pelos barqueiros durante e após a formação do lago da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). Os objetivos específicos são: reconhecer os participantes da pesquisa, descrever o processo de migração compulsória, apresentar os rendimentos financeiros obtidos durante o trabalho na temporada de praias e relatar as condições de reterritorialização dos barqueiros associados.

Na perspectiva dos objetivos descritos, a proposta é responder aos seguintes questionamentos: em que proporção os impactos causados pela construção da UHEE atingiram o associativismo constituído pelos barqueiros em torno do rio Tocantins no município de Babaçulândia (TO)? Decorridos sete anos da formação do lago, onde os barqueiros moram e o que fazem para sobreviver e sustentar suas famílias?

METODOLOGIA

A metodologia utilizada foi construída em três etapas. Primeiramente foi realizada a pesquisa bibliográfica em livros, revistas, dissertações, teses, nas informações apresentadas no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e no Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) do empreendedor, em

informações apresentadas pelo Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Em seguida, submeteu-se a pesquisa ao Comitê de Ética em Pesquisa com seres humanos (CEP) da Universidade Federal do Tocantins (UFT).

A segunda etapa desta pesquisa baseou-se no trabalho de campo com o objetivo de realizar as entrevistas semiestruturadas e diálogos com os 15 barqueiros associados à Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO). As entrevistas tiveram algumas informações de identificação escritas, e os diálogos dos participantes da pesquisa foram gravados em áudios para posterior transcrição, o que garantiu a fidelidade do que foi dito pelos barqueiros.

A fase do trabalho de campo, terceira etapa, o qual segundo Minayo (2012, p. 26) “[...] consiste em levar para a prática empírica a construção teórica elaborada na primeira etapa”. Dessa forma, combina instrumentos de observação, entrevistas ou outras modalidades de comunicação e diálogos com os entrevistados, como por exemplo, a história oral. Segundo Goldemberg (2009, p. 62) “[...] é o processo da pesquisa que qualifica as técnicas e os procedimentos necessários para as respostas que se quer alcançar”.

Para obtenção das respostas, foram entrevistados todos os barqueiros que continuavam vinculados à Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO) em 2017, ou seja, 15 homens que mesmo após a finalização da possibilidade de continuar realizando os trabalhos com embarcações no transporte de passageiros e de cargas nas margens do rio Tocantins na região de Babaçulândia, mantiveram seus vínculos com o lugar e os demais associados, porém sem as possibilidades de ganhos financeiros que pudessem reforçar a renda familiar naquele lugar.

Durante as visitas *in loco* foram anotadas coordenadas geográficas dos locais de moradia situados na zona rural, a partir da utilização de equipamento de Sistema de posicionamento Global (GPS), bem como foram registradas imagens fotográficas visto que a utilização de fotos no trabalho facilita a interação e visualização, pelo leitor, da realidade estudada pelos pesquisadores. As visitas para realização das entrevistas foram realizadas após a aprovação pelo CEP, através do Parecer consubstanciado número 1.942.947, e aconteceram no período de 02/04/2017 a 13/05/2017.

Utilizou-se a fenomenologia como análise na construção desta pesquisa, em razão da particularidade da área de estudo e dos objetivos propostos não serem explicáveis com um único método, pois, conforme Sokoloski (2012, p. 23) “A fenomenologia reconhece a realidade e a verdade dos fenômenos, as coisas que aparecem”. Isso leva em consideração a situação de que os barqueiros passaram por perdas e mudanças em nível econômico, social, cultura e simbólico, pelo fato da pesquisa abranger o lugar e a relação de pertencimento.

Para identificar os locais da reterritorialização dos barqueiros, elaborou-se um mapa localizando as moradias rurais nos municípios de Babaçulândia e Filadélfia no Tocantins e Carolina (MA) além da localização da sede da Associação dos Barqueiros, na zona urbana de Babaçulândia (TO). A última etapa do trabalho foi a redação do texto com a junção dos dados coletados e sistematizados.

A BARRAGEM E OS ATINGIDOS: OS VÍNCULOS COM O LOCAL DA PESQUISA

O município de Babaçulândia (TO), conforme IBGE (2007), está localizado na região nordeste do estado do Tocantins, possui área territorial de 1.788,461 Km², com a densidade demográfica de 5,83 hab./Km², faz divisa com o estado do Maranhão e tem como marco divisório entre os dois estados, o rio Tocantins. Conforme o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2007 registrou-se uma população de 10.372 habitantes. Já em informações referentes a 2010, a projeção era de uma população estimada em 10.424 habitantes, sendo composta por 5.540 homens e 4.884 mulheres. Para 2016 a projeção da população estimada era 10.744 habitantes.

Os participantes desta pesquisa foram os membros da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), os quais usavam suas embarcações na exploração do transporte de gêneros alimentícios das vazantes às margens do rio Tocantins até o cais da cidade. Também transportavam passageiros, animais, e na temporada de praia, que compreendia o período de

final de junho a meados de agosto, os turistas para as praias localizadas na margem maranhense do rio Tocantins.

Os barqueiros obtinham a maior parte dos seus sustentos nos trabalhos realizados durante a temporada das praias, as quais estavam localizadas na margem maranhense do rio Tocantins, em frente à cidade de Babaçulândia. Com a constante utilização do espaço turístico formado pelos bancos de areia, expostos nas temporadas de baixa das águas, a população local e os turistas, moradores de outros municípios circunvizinhos e até de outros estados, estavam habituados às condições logísticas das praias e seus atrativos.

Entende-se o lugar como domínio limitado familiar. Conforme afirma Hall (2014, p. 41), “O ‘lugar’ é específico, concreto, conhecido, familiar, delimitado: o ponto de práticas sociais específicas que nos moldaram e nos formaram e com as quais nossas identidades estão estreitamente ligadas”. A partir dessa afirmação, compreende-se o lugar como sendo uma teia delimitada e formada por fatores diversos, mas capaz de firmar ligações com os seus habitantes.

Um exemplo dessa ligação com o lugar era o fato de os barqueiros desenvolverem outras atividades laborais no decorrer do ano, mas na temporada de praia estavam todos atuando no transporte de turistas. Essa atuação resultou numa espécie de enraizamento. “*Raízes e enraizamento: a partir da experiência cotidiana, lugar é muitas vezes entendido como o lugar onde se tem nossas raízes, o que surge uma profunda associação e pertencimento [...]*”. (RELPH, 2012, p. 24, grifo do autor).

O lugar forma algumas das identidades, pois é nele que a vida tem significado e marca o cotidiano das pessoas que o utilizam. Isso é respaldado por Tuan (2013, p.14) ao afirmar que “O lugar é uma classe especial de objeto. É uma concreção de valor, embora não seja uma coisa valiosa, que possa ser facilmente manipulada ou levada de um lugar para outro; é um objeto no qual se pode morar”. Portanto, compreende-se que o lugar é familiar e está nas pessoas já que permite práticas em comunidade, e conseqüentemente, em associações.

A LOCALIZAÇÃO DA HIDRELÉTRICA E DO LOCAL DA PESQUISA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A partir do uso dos atrativos naturais locais, formados pelas praias sazonais e da utilização do meio de transporte fluvial, feito com barcos e canoas, surge a necessidade dos trabalhadores com embarcações se associarem, fortalecendo o grupo e delimitando seus territórios de atuação com os quais estabelecem profundas relações e interações, além ser meio de subsistência através da obtenção de recursos econômicos para o sustento das famílias.

Os recursos econômicos obtidos através das condições de trocas estabelecidas entre os usuários das embarcações e os barqueiros, proporcionaram as rendas adicionais para a categoria pesquisada, ou seja, foi possível utilizar as facilidades econômicas apresentadas por Sen (2010, p. 59), pois segundo ele “As facilidades econômicas são as oportunidades que os indivíduos têm para utilizar recursos econômicos com propósitos de consumo, produção ou troca”. Entendem-se como recursos econômicos, os meios materiais, praias, águas e embarcações utilizadas na prestação dos serviços dos barqueiros que, em contrapartida, supriam parte de suas necessidades financeiras.

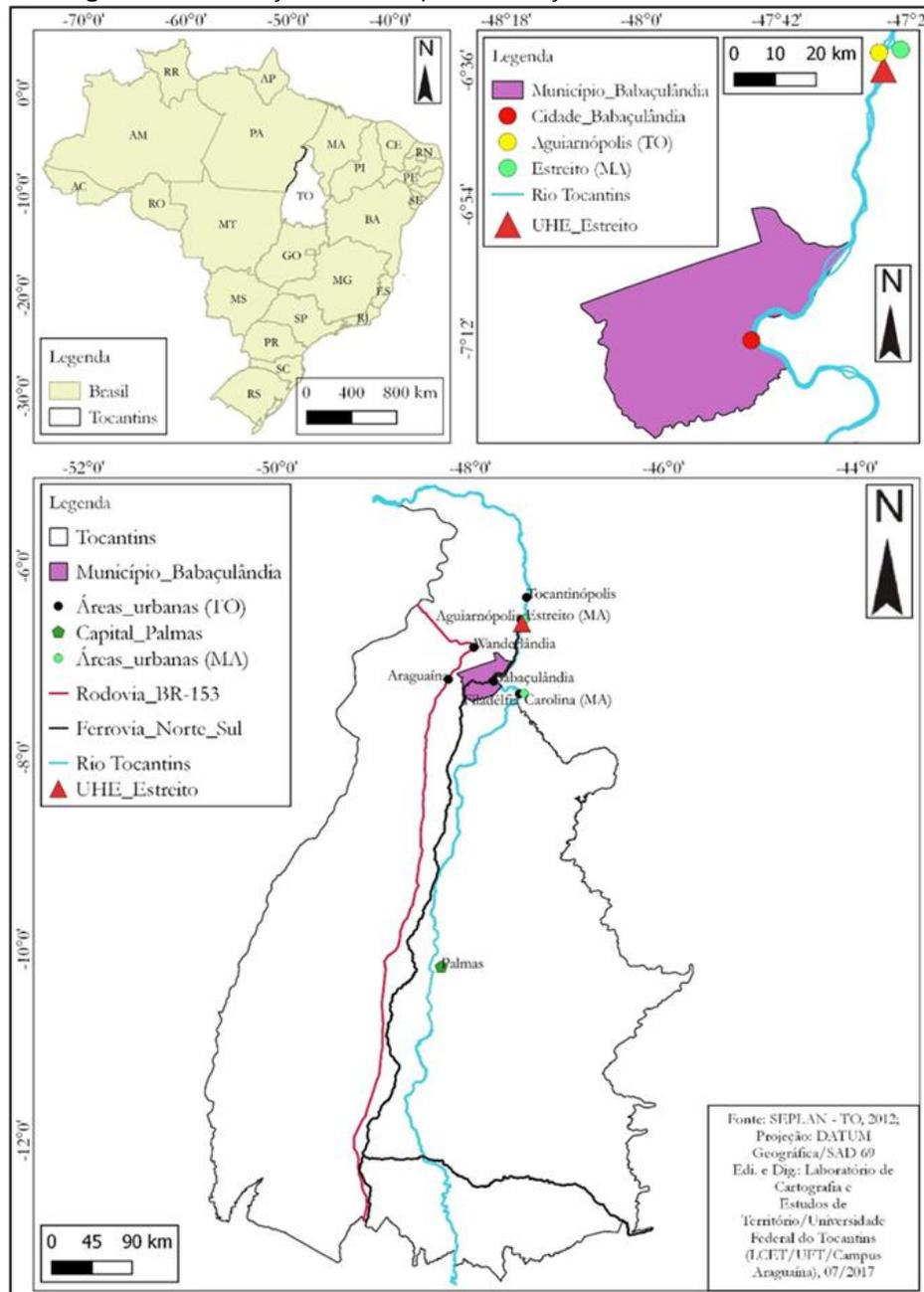
O município de Babaçulândia faz parte do estado do Tocantins, o mais novo da federação, o qual está localizado na região Norte do país, pertencente à Amazônia Legal. O estado do Tocantins, conforme figura 1, faz divisa com os estados de Goiás (sul), Mato Grosso (sudoeste), Pará (oeste), Maranhão (leste e nordeste), Piauí (leste) e Bahia (sudeste).

O município de Babaçulândia (TO), conforme (IBGE, 2015), tem 1.788 km² de área territorial, e está à cerca de 450 km de distância de Palmas, capital do estado. O município de Babaçulândia faz divisa com os municípios tocantinenses de Filadélfia (sul), Araguaína (oeste), Darcinópolis (noroeste), Wanderlândia (norte) e, divisa com o município maranhense de Carolina (sudeste) representada, apenas a área urbana, por um círculo na cor verde claro.

Conforme Nolasco (2014) o Rio Tocantins propiciou a formação das cidades impactadas no que se refere às possibilidades de utilizá-lo como fonte para o abastecimento de água, na agricultura em vazantes, meio de comunicação, transporte de mercadorias e pessoas via navegação.

Esses municípios formados às margens do Rio Tocantins transformaram-se em entrepostos comerciais e pontos de parada para viajantes utilizando embarcações, em direção a Belém (PA) para a aquisição de produtos, os quais eram destinados à revenda nos municípios citados e muitos outros lugares e comunidades ribeirinhas.

Figura 1 – Localização do município de Babaçulândia no contexto brasileiro



Fonte – SEPLAN – TO.

Lab. Cart. Est. Território (LCET) 07/2017

Na figura 1, o quadrado localizado no lado superior direito apresenta uma área destacada em lilás, a qual representa a localização do município de Babaçulândia. A parte urbana está

representada por um círculo na cor vermelha. A identificação do local da UHEE está sinalizada com um triângulo na cor vermelha. A UHEE está instalada no município de Estreito (MA), o qual tem como área urbana o local identificado com um círculo na cor verde claro. A área urbana de Aguiarnópolis (TO), situada em frente a município de Estreito (MA) está indicada com círculo na cor amarela.

Na parte inferior central da figura 1, mostra-se o estado do Tocantins, no qual estão representados: o rio Tocantins, por uma linha azul que corta o estado de sul a norte; a ferrovia Norte Sul, representada por uma linha preta; e a rodovia BR-153, representada por uma linha vermelha. As áreas urbanas dos municípios tocantinenses estão indicadas por um círculo na cor preta. Palmas, capital do estado, está representada por um pentágono na cor verde.

A MIGRAÇÃO COMPULSÓRIA DO TERRITÓRIO RIBEIRINHO

Os atingidos por empreendimentos hidrelétricos, conforme Leturcq (2009) são aqueles que sofrem uma migração compulsória e podem escolher entre diversas soluções de indenizações compensatórias, como: permanecer na borda do lago e assim não deixar o seu lugar de vida; acordo para recebimento de dinheiro que poderá ser utilizado da maneira que o atingido quiser; reassentamento individual ou carta de crédito; ou reassentamento coletivo rural.

O remanejamento da população atingida, seja ela urbana ou rural, aconteceu a partir do levantamento físico da propriedade/imóvel realizado através de visitas periódicas de assistentes sociais que tinham como objetivo analisar a veracidade de dados colhidos no cadastro socioeconômico, o qual foi feito anteriormente por técnicos e advogados do empreendedor durante entrevistas com os atingidos nas quais foram obtidas informações sobre o histórico de ocupação, bem como a situação de registro os imóveis.

O empreendedor, por intermédio do assistente social, mantém contato direto com as famílias atingidas, visitando-as periodicamente durante a implantação do empreendimento, a fim de analisar os dados colhidos no cadastro socioeconômico. Técnicos e advogados do empreendedor fazem um levantamento, a partir das entrevistas com os atingidos, do histórico de ocupação e da situação cartorial da documentação das propriedades, enquanto outra equipe técnica irá avaliar a propriedade conforme as normas da ABNT, constituindo o levantamento físico da propriedade (LFP). (ROCHA, 2013, p. 253).

Os barqueiros participantes desta pesquisa passaram por situação semelhante à descrita por Rocha (2013), pois receberam visitas de representantes do empreendedor na Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), situação descrita em várias atas. A pressão para que os barqueiros aceitassem a oferta do empreendedor é relatada na reunião da associação dos barqueiros realizada em 29/11/2010 “[...] chega os representantes do CESTE [...] fala sobre a obra da UHE e fala também sobre a questão dos barqueiros que o CESTE está pronto para passar um benefício, ou seja um valor em dinheiro no mais rápido possível [...]” (ATA DA ASSOCIAÇÃO, 2010, p. 39).

Na data de 29/11/2010, conforme registro em ata da Associação dos Barqueiros de Babaçulândia (TO), a equipe do CESTE começou a fazer o agendamento individual com os barqueiros, ou seja, a conversa com cada associado foi individualizada. A partir de então foram apresentados os valores, calculado pelo empreendedor, para a embarcação, tempo de serviço e moradia localizada na área atingida pela construção da hidrelétrica e formação do reservatório do lago. Percebe-se a intenção do empreendedor em minimizar os valores das indenizações a partir do diálogo individualizado e da perda de forças de discussão do atingido que não entrará em disputa judicial isoladamente.

É necessário que fique claro os conceitos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A territorialização é definida por Raffestin (1993, p. 143), quando afirma que “[...] ao apropriar-se de um espaço concreta ou absolutamente (por exemplo, pela representação), o autor ‘territorializa’ o espaço”. E complementa que o espaço é anterior ao

território. Dessa forma, compreende-se que a constituição do território dos barqueiros foi efetivada a partir da utilização das águas do rio Tocantins como via de transporte.

Para Haesbaert (2007, p. 78), o território “[...] define-se antes de tudo com referência às relações sociais (ou culturais, em sentido amplo) e ao contexto histórico em que está inserido”, e complementa que “[...] há quem diga que o caráter simbólico do território está se tornando cada vez mais presente, em detrimento de sua dimensão material, mais objetiva” (HAESBAERT, 2007, p. 92). As relações sociais e culturais foram presentes no trabalho dos participantes da pesquisa, pois a partir do trabalho de barqueiro, utilizado pela necessidade de transporte, constituíram a associação, grupo no qual conviviam e compartilhavam trocas.

[...] o território, numa perspectiva histórica, pode também ser amplo, generalizável a ponto de abranger toda a história humana – constituindo assim um ponto de seus componentes “ontológicos” -, ou ser visto de forma mais restrita, relacionando-se apenas a determinados contextos histórico-sociais (HAESBAERT, 2007, p. 77).

A partir desse espaço territorializado é que acontece a desterritorialização, ou seja, a desocupação do lugar. No caso dos barqueiros, além da apropriação ser pela representação, entendida como aquela que acontecia nas águas do rio Tocantins, houve também a desterritorialização do espaço físico representada pela desocupação compulsória das áreas que foram utilizadas para a formação do lago da UHEE. Com a desterritorialização há a necessidade imediata da reterritorialização, que para Haesbaert (2007) uma desterritorialização e uma reterritorialização são contraparte uma da outra.

Desterritorialização é focalizada quase sempre como um processo genérico (e uniforme), numa relação dicotômica e não intrinsecamente vinculada à sua contraparte, a (re) territorialização; este dualismo mais geral encontra-se ligado a vários outros, como as dissociações entre espaço e tempo, espaço e sociedade, material e imaterial, fixação e mobilidade. (HAESBAERT, 2007, p. 31).

Compreende-se que o local de atuação dos barqueiros já existia antes da constituição da associação dos barqueiros e era explorado de forma não organizada, ou seja, sem uma ação conduzida, ou pela associação, ou pelo governo local representado pela prefeitura, que investia financeiramente na organização da estrutura e manutenção da praia.

A partir da organização da praia pela prefeitura municipal de Babaçulândia (TO), ela (prefeitura) passa a ter participação nos rendimentos recebidos pelos barqueiros, através da cobrança de porcentagens sobre os serviços desses trabalhadores. A identidade de barqueiro associado foi constituída e controlada a partir das relações de poder estabelecidas.

[...] toda relação de poder espacialmente mediada é também produtora de identidade, pois controla, distingue, separa e, ao separar, de alguma forma nomeia e classifica os indivíduos e os grupos sociais. E vice-versa: todo processo de identificação social é também uma relação política, acionada com estratégia em momentos de conflito e/ou negociação. (HAESBAERT, 2007, p. 89).

Conforme Rocha (2013, p. 41), “As relações sociais entre os agentes, sejam eles aliados ou adversários, baseiam-se no poder”, e essa relação de poder é perceptível nos registros do livro de atas da Associação dos Barqueiros nos relatos das reuniões e assembleias em que há informações sobre a presença do prefeito e de alguns vereadores durante as decisões de valores a serem cobrados nas travessias para a praia, tanto em dias normais como em dias de eventos artísticos. Nessas reuniões sobrepunha-se a vontade e a palavra do gestor municipal na definição do percentual que seria destinado à organização da praia e aos barqueiros.

Devido os recursos naturais serem públicos e passíveis de exploração tanto pelo poder público municipal quanto pelos barqueiros, estes concordavam com os percentuais a serem repassado à organização da praia. Diegues (2000) afirma que o território fornece às populações tradicionais, a natureza do homem como espécie e os meios para subsistência, os meios de

trabalho e produção, bem como os meios de produzir os aspectos materiais das reações sociais, principalmente os que compõem a estrutura determinada, expressa nas relações de parentesco, de uma sociedade.

Um elemento importante na relação entre populações tradicionais e a natureza é a noção de território que pode ser definido como uma porção da natureza e o espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direito estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar. (DIEGUES, 2000, p. 49, grifo do autor).

Little (2002) afirma que o conceito de povos tradicionais contém tanto uma dimensão empírica quanto uma dimensão política, de tal modo que as duas dimensões são quase inseparáveis. O conceito envolve distintos grupos que historicamente mostraram ter formas sustentáveis de exploração dos recursos naturais, gerando assim forma de co-gestão do território explorado, o qual pode ser considerado propriedade comum. Para Almeida (2008, p. 38) são povos tradicionais “[...] sujeitos sociais construídos em consonância com suas condições específicas de existência coletiva e afirmação identitária, a saber: [...] ribeirinhos”.

A propriedade comum explorada pelos pesquisados era o território formado pelas águas do rio Tocantins, nas proximidades da cidade de Babaçulândia (TO). Os barqueiros levavam turistas às praias localizadas na margem maranhense, bem como, os moradores, às comunidades e propriedades ribeirinhas que necessitavam desse tipo de transporte. À vista disso, é possível compreender que a autodenominação do grupo através da atividade desempenhada é importante para seu reconhecimento como produtores/executores de determinados serviços relacionados ao transporte pelas águas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

As discussões são fundamentadas a partir dos estudos teóricos sobre a construção de barragens e a situação dos impactos, bem como das observações durante algumas reuniões da associação dos barqueiros de Babaçulândia (TO) e das visitas ao novo local de moradia de cada um dos participantes da pesquisa. Considerando as informações prestadas, pelos entrevistados, durante a aplicação dos roteiros de entrevistas e da obtenção de respostas para os questionamentos, constatou-se que a situação de vida sofreu mudanças em aspectos relacionados aos costumes, trabalhos ribeirinhos, vizinhança, novo local de moradia com condições adversas, dentre outras situações apresentadas nos tópicos a seguir.

PRODUÇÃO E RENDIMENTO DO TRABALHO DE BARQUEIRO ANTES E DEPOIS DO LAGO DA UHEE

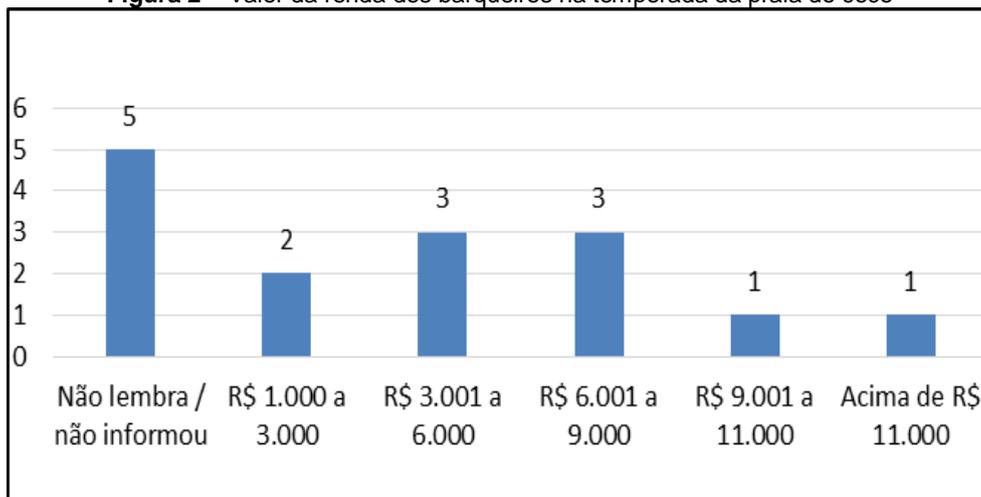
Em relação à produção e rendimento dos barqueiros durante a temporada de praia, os relatos indicam que o final de semana era o momento mais esperado, devido ser a época em que havia mais turistas para atravessar. “[...] a gente trabalhava assim de roça... mais quando dava na quinta-feira a gente já tava arrumando as coisinhas pra ir ganhar o dinheiro no final de semana” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). “[...] durante o mês de julho que era o mês do movimento mais pesado, a gente chegava a ganhar até cinco salários no mês” (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Sobre a renda da temporada de praia ser essencial para o sustento familiar ou para a complementação dele, todos os entrevistados foram unânimes em afirmar que sim. “Num mês a gente praticamente ganhava por três anos” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos). Um dos pontos favoráveis ao maior rendimento financeiro era o fato de alguns dos barqueiros terem duas embarcações, pois conforme o entrevistado “[...] a renda de durante a época de praia... o dinheiro que a gente ganhava lá dava pra gente comprar algumas coisas, uns outros bens... comprava gado, outras pessoas comprava motor, outros compravam o que fosse necessário. (Entrevistado 12, 01/05/2017, 61 anos).

Os entrevistados afirmaram que o dinheiro obtido nas atividades de transporte durante a temporada de praia era suficiente para complementar a renda familiar, “[...] pagava umas contas e sobrava um pouquinho” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); “[...] ajudava algumas coisas” (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

As rendas obtidas, pelo trabalho de barqueiro, durante a temporada da praia, final do mês de junho e meses de julho e agosto, estão representadas na figura 2. Quatro dos entrevistados afirmaram não lembrar ou não quiseram revelar o valor das suas rendas, um afirmou “Ah, eu num lembro... que a gente pegava e ia gastando logo... nem somava o que a gente pegava”. (Entrevistado 02, 02/04/2017, 68 anos).

Figura 2 – Valor da renda dos barqueiros na temporada da praia do coco



Fonte – Dados da pesquisa

Org – SILVA, 05/2017

Um dos entrevistados que não informou o valor dos rendimentos disse que quase não transportava passageiros no decorrer do ano. Afirmou que gostava de transportar cargas das vazantes, mas os valores da temporada de praia “[...] dava pra comprar uma vaca boa... tinha final de semana que não dava não, outros dava muito bem [...] nunca lembro assim... tem vez que tirava mais, tem vez que tirava menos” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

O entrevistado 13 relatou o destino dos valores adquiridos com o trabalho durante a temporada de praia e no decorrer do ano “Eu comprava era criação de grado... O gadinho que eu ainda tenho é através disso... vender arroz, milho, temporada de praia... arrumando minhas coisinha e consegui minhas coisa.” (Entrevistado 13, 01/05/2017, 60 anos).

Dois entrevistados, afirmaram que tinham renda média entre R\$ 1.000,00 e 3.000,00 durante a temporada de praia e justificaram que “O melhor mesmo era o da época da praia... pode botar aí uns trezentos... trezentos e cinquenta por aí assim mensal” (Entrevistado 11, 24/04/2017, 56 anos); “[...] ali por ano... uns três mil reais” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

Quatro entrevistados afirmaram que o rendimento médio na temporada de praia estava entre R\$ 3.001,00 e 6.000,00 “[...] Quatro, cinco, seis mil reais, às vezes... chegava até mais” (Entrevistado 07, 02/04/2017, 56 anos). Vale ressaltar que esses valores eram relativos ao porte da embarcação e à capacidade de passageiros que ela podia transportar durante cada viagem. “[...] Cinco a seis mil, mais ou menos” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos).

O entrevistado 03 explicou que sua embarcação transportava até oito pessoas e que ele trabalha no transporte de passageiros para a praia apenas nos dias de quinta-feira, sexta-feira, sábado e domingos, durante os meses de junho, julho e agosto “[...] a gente fazia, dependendo do barco era a base duns mil e quinhentos a mil e oitocentos reais por final de semana [...] trabalhava mais quinta, sexta, sábado e domingo” (Entrevistado 03, 02/04/2017, 38 anos). Dessa forma sua renda total aproximada, durante a temporada de praia, era cerca de R\$ 9.000,00. Ele afirmou que essa renda ajudava a complementar o custeio das despesas do ano.

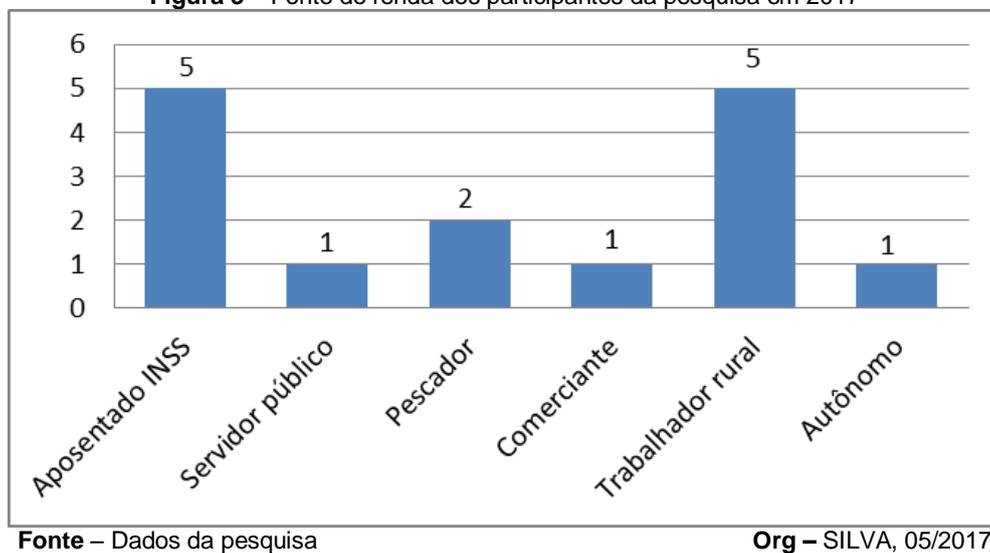
Três participantes da pesquisa informaram ter rendimento médio por temporada entre R\$ 6.001,00 e 9.000,00. Um deles informou que utilizava duas embarcações “Cheguei a faturar oito mil reais na temporada, juntando os três meses” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos). “Era uma faixa de nove mil... oito, nove mil” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos). O entrevistado 14 declarou que ficava, nos demais meses do ano, esperando a temporada da praia para se organizar financeiramente.

O entrevistado 10 afirmou que não lembrava, exatamente, o valor da renda na temporada de praia, mas relatou a aquisição de uma embarcação, bem como o registro de toda a documentação da referida embarcação na Marinha, com os rendimentos financeiros adquiridos durante a temporada de 2008. “Eu comprei um barquinho melhor... pra trabalhar na praia nesse 2008. Na época o valor dele ficou nove mil e seiscentos reais... quando eu regularizei na Marinha. E só esse mês de junho e julho eu fiz onze mil e pouco nesse barco.” (Entrevistado 10, 23/04/2017, 50 anos).

Conforme os relatos do entrevistado 10, compreende-se que a capacidade geradora de renda da temporada de praia, através do transporte nas águas do rio Tocantins, aos trabalhadores com barcos, era fundamental para o aquecimento da economia local. Conforme afirmações obtidas durante os diálogos, os entrevistados tinham o costume de comprar fiado no comércio local e a partir dos ganhos com a execução dos trabalhos de barqueiro, saldavam todas as suas dívidas no município.

Uma das perguntas do roteiro de entrevistas abordou questionamentos sobre o que os entrevistados faziam, após a formação do reservatório, para a obtenção de rendas. Foram declaradas como ocupação principal em 2017, época da pesquisa de campo, o trabalho rural, autônomo, serviço público municipal, pescador, comerciante, além do exercício de outras atividades provedoras de renda para o sustento familiar, como o cultivo de alimentos, a exemplo do feijão, em pequenas áreas dos terrenos. Nesse contexto, as ocupações e fontes de renda estão apresentadas na figura 3.

Figura 3 – Fonte de renda dos participantes da pesquisa em 2017



Com renda média entre R\$ 9.001,00 e 11.000,00, apenas um dos entrevistados declarou que atingiu essa faixa, porém explicou que era renda variável, pois “[...] variava em final de semana, mas tinha vez que a gente fazia um e pouco, dois mil, três mil, dependendo do final de semana” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos). Outro entrevistado afirmou que teve renda superior a R\$ 11.000,00 durante a temporada de praias “[...] quando chegava a temporada de praia você já sabia que ia ganhar um dinheiro a mais e essa renda desse período da praia aí [...] era doze até quinze mil a gente tirava sem trabaia de noite”. (Entrevistado 06, 02/04/2017, 60 anos).

O entrevistado que é servidor público afirmou que não tem outra fonte de renda. O pescador afirma que a pesca “Não é essas coisas não... tamo pelejando, né” (Entrevistado 03,

02/04/2017, 38 anos). O comerciante afirma que cria gado, em uma pequena propriedade que adquiriu com a indenização de outras propriedades que tinha às margens do rio Tocantins e de outros pequenos ribeirões próximos à cidade, para complementar a renda. Outro aposentado que mora na zona rural, afirma que complementa a renda da aposentadoria com a farinha feita da mandioca que cultiva no terreno em que mora atualmente.

Os entrevistados afirmam que essas fontes de rendas precisam ser complementadas com outras para que possam suprir algumas das necessidades financeiras. Um dos barqueiros que está aposentado pelo Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) afirma que complementa a renda “fazendo algum barquim pequeno, canoa pra pescador... mexendo aqui com a chacarazinha, plantando feijão, mandioca e banana” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos). Uma das canoas que o entrevistado 05 afirmou fazer para pescadores pode ser observada na figura 4.

Figura 4 – Canoa de madeira fabricada por um dos barqueiros



Fonte – SILVA, 10/2016

A figura 4 mostra uma canoa fabricada por um dos participantes da pesquisa, ofício que realiza como forma de complementar a renda familiar. A oficina localiza-se fundo do terreno em que mora, na zona urbana de Babaçulândia. Neste local há uma pequena construção coberta de telhas, com estrutura e ferramentas para fabricação e conserto de pequenas embarcações de madeira. O entrevistado explicou que só fabrica canoas sob encomenda. Para tanto, a pessoa que faz a encomenda precisa fornecer a madeira. A fabricação tem duração aproximada de 2 meses e o valor dos serviços varia de R\$ 2.000,00 a R\$ 2.800,00, dependendo da metragem da embarcação.

O entrevistado 03 explicou que faz festas duas vezes por ano, as quais são frequentadas por moradores do município de Carolina (MA) e da região próxima à sua moradia. Comentou sobre as dificuldades de acesso ao local de moradia, a falta de estradas e as dificuldades pela falta de energia elétrica. Observou-se que os postes da companhia de energia já estavam, no dia da entrevista, bem próximos à residência, porém ainda não havia instalação de energia elétrica na residência.

Dos barqueiros que estavam na lida rural durante a pesquisa, um afirmou “crio gado de corte” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos); o outro que “aqui acolá vendendo um bezerrinho... trabalhando... a mulher tem um emprego também” (Entrevistado 15, 13/05/2017, 58 anos); outro disse ter renda “da roça e da pesca” (Entrevistado, 09, 23/04/2017, 55 anos). Além disso, a complementação da renda é através “de algum bezerrinho que a gente vende e alguma

mandioquinha que se pranta e só...” (Entrevistado 04, 05/04/2017, 54 anos). E o autônomo explica sua atividade “sou autônomo, alugo carro de som e faço eventos” (Entrevistado 01, 02/04/2017, 50 anos).

Os trabalhos desenvolvidos com o barco eram a fonte de renda para o sustento familiar dos participantes da pesquisa. Apenas três dos entrevistados afirmaram que pessoas externas às de suas famílias executavam trabalhos no barco como arrendatário ou como contratado pelo proprietário durante alguns períodos em que este não podia realizar as atividades de transporte.

OS NOVOS LOCAIS DE MORADIA E A RETERRITORIALIZAÇÃO PRECÁRIA

A escolha do novo local de moradia dependeu de alguns fatores como o valor acessível, proximidade a parentes ou amigos e manutenção das condições de vida semelhantes às anteriores. Houve também a situação de terrenos rurais que tiveram uma parte impactada e isso fez com que o atingido readequasse as condições de moradia e produção. Outra situação foi dos impactados que tiveram de se mudar para reassentamento rural com condições de vida e trabalho completamente diferentes das condições às quais estavam acostumados desde a infância.

A aquisição do novo local de moradia foi condicionada ao valor acessível para três dos entrevistados. Um deles afirmou que comprou o primeiro terreno que encontrou “[...] porque num tinha pra onde a gente ir” (Entrevistado 09, 23/04/2017, 55 anos). “O valor mais baixo e a forma de pagamento foi a que eu tive condição de comprar” (Entrevistado 14, 13/05/2017, 36 anos).

Com base no relato do entrevistado 08 compreende-se que a especulação imobiliária nos municípios próximos à Babaçulândia (TO) foi alta em relação à venda de imóveis para os impactados pela usina hidrelétrica de Estreito (MA), principalmente em relação aos imóveis localizados nas proximidades do lago. Em referência à oferta de terrenos na região de Babaçulândia, o entrevistado 04 (02/04/2017, 54 anos) afirmou que quando alguém anunciava um terreno para vender logo aparecia um comprador, pois “[...] na hora que um abria a boca ante bem de fechar, já tinha gente dizendo, não se fulano não quiser eu quero... aí fazer o quê?”.

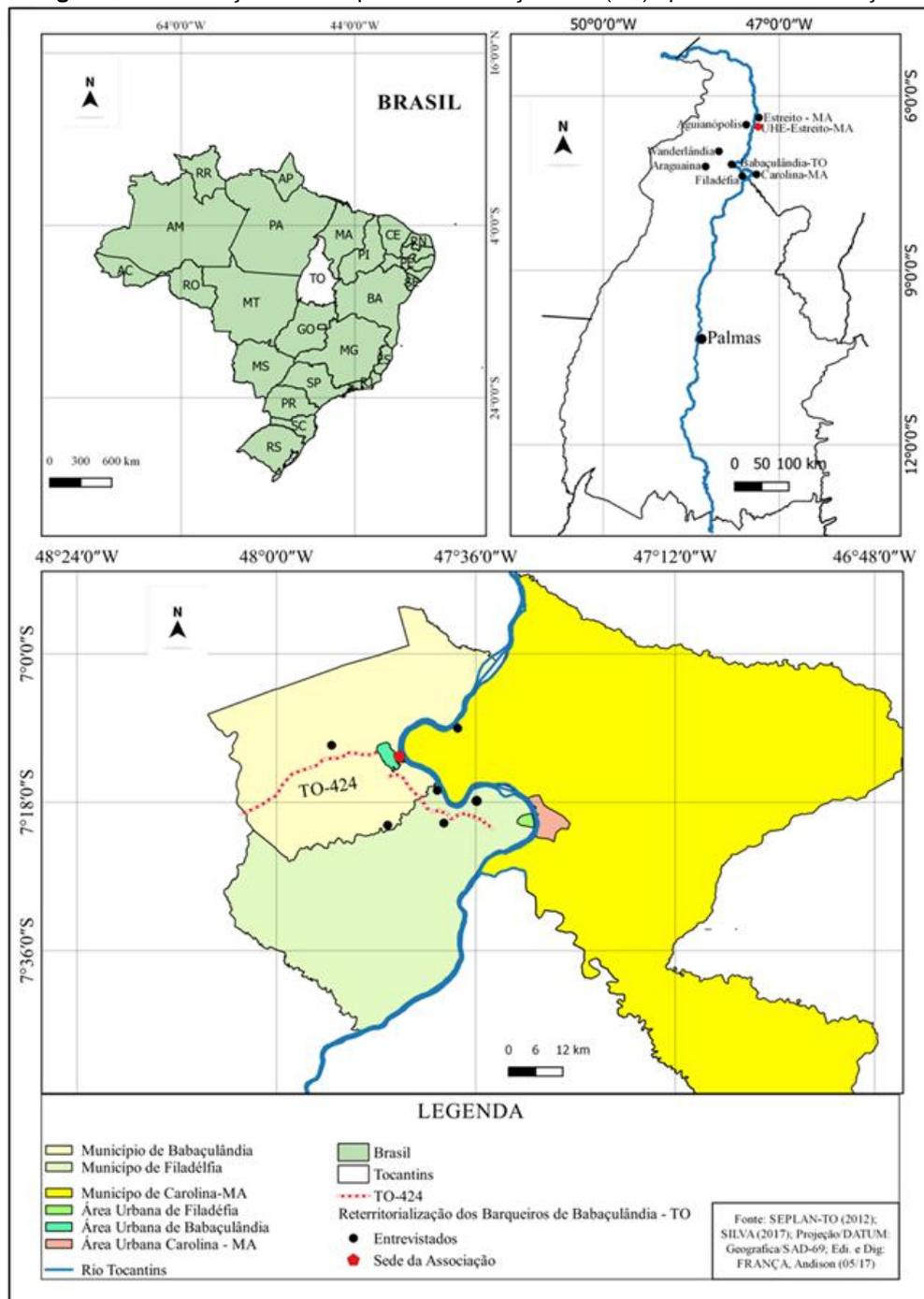
A proximidade de familiares, parentes e conhecidos foi um dos fatores que motivou a escolha do novo local de moradia, indicado por três dos entrevistados. Um deles complementou que “[...] a gente naquele tempo queria era achar um pedacinho pra comprar, o primeiro que você achava, você já niguciava logo” (Entrevistado 04, 02/04/2017, 54 anos).

A manutenção de condições de vida semelhantes à condição em que viviam antes do impacto da construção da hidrelétrica foi a resposta de três dos participantes da pesquisa. Um deles buscou elo com as condições rurais mesmo dentro da área urbana “[...] esse local aqui eu achei porque era assim um lotim maior que a gente podia plantar algum feijão, uma mandioca pra ir se mantendo... umas frutas” (Entrevistado 05, 02/04/2017, 65 anos).

O reassentamento rural, onde está morando um dos barqueiros é longe do lago, em uma região seca com muitas serras e rochas, a qual tem características muito diferentes da área em que os impactados viviam. A insatisfação pelas condições do lugar é apresentada na fala do entrevistado “[...] aí niguciam e aí jogaram nós pra cá. Aqui no loteamento da vila, os lotes é cinco alqueire” (Entrevistado 02/04/2017, 68 anos).

A figura 5 destaca a localização dos participantes da pesquisa que estão morando na zona rural após o impacto da UHEE. Os barqueiros que residem na zona urbana de Babaçulândia (TO) não constam neste mapa. Há indicação apenas do ponto de localização da sede da Associação dos Barqueiros, como ponto de referência para os demais pontos de moradia dos entrevistados moradores das zonas rurais dos municípios de Babaçulândia (TO), Filadélfia (TO) e Carolina (MA). Na lateral superior esquerda, apresenta o mapa do Brasil com todos os estados e o Distrito Federal, identificados na cor verde, com destaque para o estado do Tocantins, na cor branca.

Figura 5 – Localização dos barqueiros de Babaçulândia (TO) após a reterritorialização



Fonte – SEPLAN-TO/Dados da pesquisa

Org – FRANÇA e SILVA, 05/2017

Na lateral superior direita o mapa do estado do Tocantins mostra em destaque o rio Tocantins que percorre o estado de sul a norte. Observa-se a localização da capital Palmas (TO), a 446 km de Babaçulândia (TO), além de alguns municípios impactados, como Aguiarnópolis, Filadélfia e Babaçulândia no Tocantins, Estreito e Carolina no Maranhão. A localização da casa de força Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) está identificada com um círculo vermelho, entre os municípios de Estreito (MA) e Aguiarnópolis (TO).

Em destaque, na área central na figura 5, estão os locais da reterritorialização dos participantes da pesquisa. A área em amarelo claro representa o município de Babaçulândia (TO) e a pequena área destacada em verde representa a parte urbana, na qual está a sede da

Associação dos Barqueiros identificada com um pentágono na cor vermelha. A sede da Associação dos Barqueiros está edificada em frente à orla do lago.

O traçado em vermelho indica a extensão da TO-424, que segue a partir da TO-222, desde o entroncamento do município de Babaçulândia (TO) até à cidade de Filadélfia (TO). A parte da estrada entre o entroncamento e a cidade de Babaçulândia é toda asfaltada, porém a parte que segue do município de Babaçulândia até o de Filadélfia, passando pelo povoado de Canabrava e dentro do reassentamento Vila Dom Bosco, local em que estão residindo algumas famílias impactadas, não há asfalto.

Na zona urbana de Babaçulândia estão residindo nove dos entrevistados e, na zona rural, dois. Os moradores da zona rural, um está num reassentamento rural localizado próximo à TO-424, sentido Araguaína. O assentamento Baixão é formado por impactados da Ilha de São José, 26 famílias ao todo. O outro reterritorializado mora na zona rural de Babaçulândia (TO) e trabalha na sua propriedade rural localizada no reassentamento Vila Dom Bosco, próxima à divisa com o município de Filadélfia (TO), ficando a 25 km da cidade de Filadélfia.

A área territorial do município de Filadélfia (TO) está identificada na cor verde claro e a sede do município, localizada bem próximo à linha que identifica o rio Tocantins, em outro tom de verde mais escuro. Na zona rural de Filadélfia estão reterritorializados 3 dos participantes da pesquisa. Dois em propriedades próximas ao lago, porém sem utilização das águas para a realização de atividades com as embarcações.

A parte do mapa central, destacada em amarelo forte, representa a área territorial do município de Carolina (MA) com a localização da área urbana indicada na cor rosa. Na área rural de Carolina (MA), a cerca de 1 km do rio, mora um dos participantes da pesquisa. No local da reterritorialização desse entrevistado, que fica mais distante da sede do município de Carolina (MA) do que da área urbana do município de Babaçulândia (TO), ainda não há estrutura básica em estrada e energia elétrica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todos os barqueiros estão vivendo sem exercer a atividade que realizaram por muitos anos, alguns ao longo de toda a vida, pois começaram a lidar com barcos e o trabalho em função do rio Tocantins, ainda quando eram meninos. Alguns continuam com barco apenas para realizar pequenos passeios de lazer que remetam à lembrança dos tempos da existência da praia e do transporte de gêneros alimentícios das vazantes para a cidade.

Os entrevistados que estão residindo na zona rural não têm as mesmas características dos terrenos anteriores, apesar de três deles localizarem-se próximos ao lago, não o utilizam. Dois estão morando em reassentamentos rurais com situações completamente diferentes das condições em que viviam antes da construção da UHEE, pois nos reassentamentos não existe água em abundância.

A reterritorialização dos barqueiros aconteceu de forma fragmentada, fragilizada e incompleta, pois os terrenos adquiridos nas zonas urbanas e rurais de Babaçulândia (TO), zonas rurais de Filadélfia (TO) e de Carolina (MA), áreas onde moram os atingidos na atualidade, não apresentam condições naturais semelhantes às existentes antes da formação do lago.

Dessa forma compreende-se que a ruptura do vínculo com o rio Tocantins, águas, praias, vazantes e outras atividades rurais ribeirinhas ocasionou a perda de trabalhos e, conseqüentemente, de rendas das quais os barqueiros dependiam economicamente, afetando o modo de vida e a subsistência individual familiar e do grupo constituído a partir do associativismo.

Com o fim da praia e das atividades dos barqueiros restou aos atingidos procurar outras fontes de renda como pescaria, que também sofreu grande impacto; atividade rural de subsistência através da criação de animais para consumo familiar ou revenda e a produção de gêneros alimentícios, principalmente a mandioca para a fabricação de farinha. A UHEE transformou o modo de vida destes barqueiros, fragilizando relações com o território, dificultando ou inviabilizando relações sociais, econômicas e culturais outrora constituídas.

REFERÊNCIAS

- ABBT - Associação dos Barqueiros de Babaçulândia Tocantins. **Livro de Atas**. 2010. Acervo da Associação.
- ALMEIDA, Alfredo W. B. de. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8/Fundação Universidade do Amazonas, 2008. 192 p.
- BRASIL. **17-10-2012 - Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica Estreito**. 2012. Disponível em: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/dilma-rousseff/discursos/discursos-da-presidenta/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-na-cerimonia-de-inauguracao-da-usina-hidreletrica-estreito-estreito-ma>>. Acesso em: 10 abr. 2016.
- DIEGUES, Antonio C. S. **O mito moderno da natureza intocada**. 3ª ed. – São Paulo: Hucitec Núcleo de Apoio à Pesquisa sobre Populações Humanas e áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000. 161 p.
- GOLDEMBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. 11ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2009. 101 p.
- HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução de Tomaz Tadeu da silva & Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014. 58 p.
- IBGE. **População recenseada e estimada, segundo os municípios - Tocantins - 2007**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 19 out. 2015.
- _____. **Tocantins: Babaçulândia: Histórico do município** – 2015. Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=170300&search=tocantins|babaçulandia>. Acesso em: 25 out. 2016.
- LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e povos tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Série Antropologia nº 322. Brasília: Departamento de Antropologia Instituto de Ciências Sociais. Universidade de Brasília, 2002. 32 p. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/PaulLittle__1.pdf>. Acesso em 12 de abr. 2016.
- LETURCQ, Guillaume. **A diversidade dos atingidos por barragens no Brasil**. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciências Sociales y Represas, Salvador: Brasil (2007). Halshs_00381079, versions 1-5 May 2009. Disponível em: <<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00381079/document>> Acesso em: 16 abr. 2016.
- MINAYO, Maria C. de S. O desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília de Souza *et al.* **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 31. Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012. 108 p.
- NOLASCO, Genilson R. S. **Identidades culturais em movimento: um olhar sobre as culturas do norte tocantinense e do sudoeste maranhense**. In: PEDREIRA, Antonia C. (Org.). **A região de UHE Estreito: investigação e interpretação da sucessão temporal e espacial em que se dá a história humana**. Palmas, TO: UNITINS, 2014. 200 p.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993. 269 p.
- RELPH, Edward. Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar. In: MIRANDOLA JR, E; HOLZER, W; OLIVEIRA, L. (Orgs.) **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. – São Paulo: Perspectiva, 2012, 307p. p. 17-32.
- ROCHA, José da. **Relações de poder na instalação de hidrelétricas**. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2013. 348 p.
- SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. 461 p.
- SIEBEN, Airton. CIEPS JUNIOR. **A usina hidrelétrica Estreito e a amazônia na política energética brasileira: a desterritorialização dos camponeses ribeirinhos de Palmatuba (TO)**.

Campo-território: revista de geografia agrária, v. 11, n. 22, p. 433-463, abr., 2016. SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. Trad. Alfredo de Oliveira Moraes – 3. ed. – São Paulo: Edições Loyola, 2012, 247 p. <https://doi.org/10.14393/RCT112218>

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar**: a perspectiva da experiência. Tradução de Livia de Oliveira. Londrina: Eduel, 2013. 248 p.

Recebido em: 15/10/2018

Aceito para publicação em: 12/10/2018